

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 14

Segunda-feira, 19 de Junho de 1978

SUMÁRIO

MINISTRO DA REPÚBLICA

Declaração:

De ter sido aprovado o Protocolo de Regulamentação sobre a Segurança Social.

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional N.º 25/78/M:

Cria, na dependência da Secretaria Regional do Trabalho, a Direcção Regional do Trabalho.

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO FINANÇAS E DE ECONOMIA

Portaria N.º 36/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria N.º 34/78:

Revoga a Portaria n.º 33/78, de 8 de Junho.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GABINETE DO MINISTRO DA REPÚBLICA

Declaração

de 9 de Junho

Tendo em vista e eficiente aplicação das normas do Decreto-Lei n.º 426/77, de 13 de Outubro, foi aprovado o Protocolo de Regulamentação sobre a Segurança Social, que é publicado em anexo à presente declaração.

Gabinete do Ministro da República para a Re-

gião Autónoma da Madeira, 23 de Maio de 1978.
— O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

PROTOCOLO DE REGULAMENTAÇÃO SOBRE A SEGURANÇA SOCIAL, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 426/77, DE 13 DE OUTUBRO

Relativamente à Região Autónoma da Madeira, destinou-se o Decreto-Lei n.º 426/77, de 13 de Outubro, a «transferir a competência dos órgãos centrais para os órgãos regionais em matéria de saúde e de segurança social».

Entre outros aspectos que directamente se prendem com as ligações aos serviços centrais, determina-se, respectivamente no artigo 9.º, n.º 1 do artigo 10.º e no artigo 12.º, que:

Com a entrada em vigor deste diploma, as ligações mútuas entre os serviços de segurança social e de saúde da Região e os serviços centrais serão obrigatoriamente através da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, salvaguardada a competência atribuída ao Ministro da República;

Os serviços centrais prestarão aos serviços regionais de saúde e de segurança social todo o apoio técnico-administrativo que lhes seja necessário, dentro da sua capacidade; e

As verbas atribuídas pelo Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social (...) às instituições de previdência (...) da Região serão transferidas por duodécimos para o Governo Regional.

Porém, porque naquele diploma não se definem normas de actuação no que se refere a prestação de contas e elaboração de orçamentos — fornecimento de dados estatísticos (atendendo ao facto de o Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social ser órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística — Portaria n.º 780/77, de 23 de Dezembro)—, considera-se imprescindível estabelecer um primeiro acordo entre a Secretaria de

Estado da Segurança Social e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, visando o *modus faciendi* em relação a aspectos susceptíveis de dúvida.

Assim:

1 — *Orçamentos ordinários*. — Não serão submetidos ao Governo Regional sem que, relativamente aos mesmos, tenha sido emitida informação pelo Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social.

2 — *Revisões orçamentais*. — O Instituto de Gestão Financeira comunicará à Direcção Regional de Segurança Social as datas em relação às quais, em cada ano, deverão ser efectuadas revisões orçamentais, para efeitos de parecer, se necessário. Caso as mesmas devam ser apresentadas ao Governo Regional, serão precedidas de informação do Instituto.

3 — *Orçamento cambial*. — Sendo da responsabilidade do Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social a elaboração do orçamento geral do sector, foi cometida àquele mesmo Instituto a incumbência de preparar e acompanhar o orçamento cambial de segurança social. Assim, serão integralmente movimentadas através do Instituto todas as entradas e saídas de divisas que se traduzem em receitas ou despesas inscritas no orçamento global de segurança social, incluindo as que, eventualmente, respeitem à Região Autónoma da Madeira.

4 — *Contas anuais*. — A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, através da Direcção Regional de Segurança Social, remeterá ao Instituto de Gestão Finanças e Segurança Social, nos prazos estabelecidos e segundo as normas dimanadas do Instituto, a conta consolidada dos organismos que, na Região, são financiados por aquele mesmo Instituto.

5 — *Contas mensais*. — Respectivamente até aos dias 20 a 30 de cada mês, a Direcção Regional de Segurança Social enviará ao Instituto de Gestão Financeira as contas relativas ao mês anterior, utilizando, para o efeito, os instrumentos de notação em vigor — modelos n.ºs 217 e 218, registados no Instituto Nacional de Estatística sob os n.ºs 6517 e 6518, respectivamente, ou outros que, porventura, venham a ser emitidos.

6 — *Abastecimento financeiro*. — No âmbito da segurança social (incluindo os subsídios a de-

sempregados residentes e desalojados), o Instituto de Gestão Financeira promoverá o abastecimento financeiro mensal da Região, dentro dos limites orçamentais e de acordo com o plano de tesouraria que, através do modelo n.º 217, lhe será enviado até ao dia 20 do mês anterior. Os depósitos serão efectuados na conta 11 «Fundos diversos» da Caixa Geral de Depósitos.

7 — *Elementos estatísticos*. — Tendo o Instituto Nacional de Estatística delegado no Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social todas as funções inerentes a recolha, tratamento e divulgação de dados estatísticos do sector e considerando ainda que:

- 1.º As contas mensais e anuais representam igualmente conjuntos de elementos estatísticos, sendo aliás, apresentados através de instrumentos de notação estatística registados no INE;
- 2.º A especialidade dos problemas da segurança social não mostra aconselhável envolver no circuito a delegação do INE na Região Autónoma da Madeira, antes se julgando mais eficiente que a Direcção Regional de Segurança Social disponha de um serviço tecnicamente habilitado para o efeito;

acorda-se que, relativamente à Região Autónoma da Madeira, todos os dados estatísticos considerados necessários no domínio da segurança social sejam directamente fornecidos pela Direcção Regional de Segurança Social ao Instituto de Gestão Financeira, entidade a quem competirá remeter os mesmos dados ao Instituto Nacional de Estatística sem prejuízo de que a Direcção Regional de Segurança Social forneça à delegação do Instituto Nacional de Estatística todos os elementos que, por aquela mesma delegação, forem solicitados.

8 — *Transgressões estatísticas*. — O Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social, na qualidade de órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística, promoverá o levantamento de autos de transgressão estatística pelo eventual incumprimento das disposições que, em matéria de natureza estatística, se encontram em vigor.

9 — *Comissão Consultiva de Estatística da Secretaria de Estado da Segurança Social*. — A Direcção Regional de Segurança Social poderá solicitar a sua representação na Comissão Consultiva de Estatística da Secretaria de Estado da Segu-

rança Social sempre que, para assuntos de natureza estatística, julgue conveniente recorrer ao apoio daquela Comissão.

10 — *Ligações mútuas entre os serviços centrais e os serviços de segurança social da Região Autónoma da Madeira* — Os serviços centrais a seguir indicados:

Direcção-Geral de Assistência;
Instituto da Família e Acção Social;
Direcção-Geral de Previdência;
Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família;
Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social; e
Junta Central das Casas do Povo,

observarão as seguintes instruções:

1.º Remeterão todo o expediente para a Comissão Instaladora da Direcção Regional de Segurança Social da Região Autónoma da Madeira, Rua do Bom Jesus, 13, 3.º piso, Funchal;

2.º De todo o expediente referido no número anterior enviarão fotocópias para:

Chefe do Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira (Presidência do Conselho), Rua do Professor Gomes Teixeira, Lisboa;

3.º De igual modo, de todo o expediente dos Serviços de Segurança Social da Região da Madeira para os serviços centrais será enviado decalque ou fotocópia para:

Chefe do Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, Palácio de S. Lourenço, Funchal, Madeira.

Quanto à Caixa Nacional de Pensões e face à natureza das relações com a CPAF do distrito do Funchal, manter-se-á o princípio de ligação directa entre aqueles organismos até à constituição do Centro Regional de Segurança Social.

Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, 23 de Maio de 1978. — O Ministro da República, *Lino Dias Miguel* — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Vítor Manuel Gomes Vasques*. — O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 25/78/M

A autonomia regional, para ser real e efectiva, exige que o Governo Regional e seus departamentos possuam órgãos próprios capazes de facultar governação eficaz e em que os centros de decisão se situem na Região Autónoma e na sede do Executivo da Região, de acordo com a Constituição da República.

Sabido que o Decreto Regional n.º 2/76 atribuiu á Secretaria Regional do Trabalho as competências nos domínios do trabalho, emprego e formação profissional e acertadas já as transferências de competências do trabalho no campo do trabalho, urge criar um organismo, o qual fará parte integrante da Secretaria Regional respectiva e que englobará as cargas de competência derivantes da extinção da delegação da Direcção de Serviços das Relações Colectivas nesta Região — a Direcção Regional do Trabalho.

Nestes termos, usando da faculdade conferida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, e de harmonia com a alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º É criada, na dependência da Secretaria Regional do Trabalho, a Direcção Regional do Trabalho.

Art.º 2.º Ficam integrados naquela Direcção Regional os serviços enquadrados, orgânica ou funcionalmente, na extinta delegação da Direcção de Serviços das Relações Colectivas de Trabalho, da Secretaria de Estado do Trabalho, que funcionava na Região Autónoma da Madeira.

Art.º 3.º A Direcção Regional do Trabalho é constituída pelos seguintes serviços:

- a) Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho e Salários;
- b) Registo e Depósito.

Art. 4.º Ao Serviço de Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho e Salários compete:

- a) Colaborar nas diferentes fases das negociações de convenções colectivas de tra-

balho, desde que haja acordo prévio, nesse sentido, de ambas as partes em negociação. Participar nelas, desde que lei imperativa o determine;

- b) Preparar os instrumentos técnico-jurídicos susceptíveis de fundamentar a via administrativa para solução dos conflitos na contratação colectiva, quando, no final do processo de negociações, forem consideradas definitivamente controvertidas;
- c) Admitir sempre a colaboração dos representantes das partes em litígio na reparação dos referidos instrumentos;
- d) Apreciar, nos aspectos formais e substanciais, a adequação de todos os instrumentos de regulamentação de trabalho com as normas legais e prepará-los para futuro depósito, registo ou publicação;
- e) Participar, nos termos legais, nas condições de conciliação para tentativa de resolução prévia de conflitos individuais de trabalho;
- f) Estabelecer colaboração directa com entidades patronais, trabalhadores e suas associações, diligenciando desmotivar eventuais tensões existentes;
- g) Sugerir elementos e linhas de actuação que possam contribuir para uma reformulação e actualização das condições jurídicas e materiais de prestação de trabalho;
- h) Efectuar a recolha de elementos estatísticos que sirvam de suporte à condução de uma política regional de trabalho em colaboração com os Serviços de Estatística e o Gabinete de Estudos, Planeamento e Orçamento;
- i) Estabelecer a matriz regional de salários por sectores de actividade, por forma a possibilitar o estabelecimento de políticas de salários e de preços adequados às diferentes situações conjunturais da economia.

Art. 5.º Ao Serviço de Registo e Depósito compete:

- a) Promover o depósito das convenções colectivas de trabalho efectuadas na Região e respectivas alterações ou rectificações,

apreciando previamente a sua conformidade ou não com a lei;

- b) Registrar os instrumentos regulamentares do trabalho mencionadas na alínea anterior e também os estatutos das associações de classe e composição dos respectivos órgãos sociais;
- c) Remeter para publicação no *Jornal Oficial da Região e Boletim do Trabalho e Emprego* os instrumentos de regulamentação laboral indicados nas alíneas anteriores;
- d) Colaborar no tratamento estatístico dos mesmos e com o Serviço de Estatística do Governo Regional, consoante orientação e directivas superiores.

Art. 6.º — 1 — O pessoal da Direcção Regional do Trabalho constará de um quadro regional, aprovado pelo Secretário Regional, com salvaguarda do cominado no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril.

2 — A Direcção Regional terá a chefia-la um director nomeado por livre escolha do secretário.

3 — O quadro de pessoal, formas de provimento, categorias e dotações serão determinadas por diploma regional posterior.

Art. 7.º Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 1 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 3 de Maio de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DE ECONOMIA

Portaria n.º 36/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder à trans-

ferência de uma verba, para reforço de outra, dentro do Cap.º 9.º do Orçamento Ordinário da despesa para 1978, inerente à Secretaria Regional de Economia, pelo que ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através das Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e da Economia, o seguinte:

1. — Que se proceda à transferência da importância de 100 000\$00 (cem mil escudos) do Cap.º 9.º da divisão 3-1 do código 29 — Aquisição de serviços — Locação de bens — para reforço na importância de 100 000\$00 (cem mil escudos) do mesmo Cap.º e divisão do código 52 — Investimentos — Maquinaria e equipamento.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e de Economia, 15 de Junho de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 34/78

A Portaria Regional n.º 29/78, de 1 de Junho, fixou novos preços dos produtos derivados dos cereais. Estes novos preços baseavam-se num entendimento feito, de que o Governo Central, na mesma data, alteraria segundo a sua vontade o preço dos cereais para esta Região, do mesmo modo que já tinha feito para o Continente.

O Governo Central não cumpriu a promessa

e provocou um desfasamento sempre prejudicial para todo o escalão de distribuição, incluso para o consumidor.

Para eliminar os efeitos junto ao consumidor, o Presidente do Governo Regional, na ausência do Secretário Regional de Economia, mandou suspender e muito bem, temporariamente, as Portarias Regionais n.º 29/78 e 31/78, respectivamente de 1 de Junho e 6 de Junho.

Recentemente, o Diário da República de 8/6/78, pelo Despacho Normativo n.º 133, alterou os preços e demais condições de venda dos cereais, tendo essa fixação de preços efeitos retroactivos a partir de 1 do corrente mês, sem o conhecimento do Governo Regional, o que veio agravar a situação dadas as suspensões das Portarias Regionais atrás referidas. Aliás o mesmo diploma não definiu a garantia do subsídio a dar pelo Fundo de Abastecimento às sêmolas e farinhas destinadas à produção de massas.

Nestes termos, e dado que estão criadas as condições para vigorarem as Portarias n.ºs 29/78 e 31/78, o Governo Regional, pelo Secretário Regional de Economia, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

1.º — Fica revogada a Portaria n.º 33/78, de 8 de Junho, que mandava suspender a aplicação das Portarias n.ºs 29/78 e 31/78.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional de Economia, 12 de Junho de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Preço deste número: 9\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries	Ano 1 100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série	650\$	»	350\$
A 2.ª série	650\$	»	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»